



Marx, Estado e a tendência de queda na taxa de lucro

Marx, the State, and the Tendency of the Rate of Profit to Fall

Albani de Barros*

 <https://orcid.org/0000-0003-2923-7557>

RESUMO

Este artigo empreende uma análise crítica, fundamentada no referencial marxista sobre a tendência decrescente da taxa de lucro e do papel desempenhado pelo Estado na mobilização de contratendências destinadas a contrapô-la. Partindo de uma reconstituição do percurso teórico de Marx, desde suas formulações iniciais até a maturação conceitual presente em *O Capital*, o estudo examina categorias centrais como acumulação capitalista e composição orgânica do capital, articulando essas com o estudo de Mészáros sobre a crise estrutural. Sustenta-se, como eixo argumentativo, que o declínio da lucratividade constitui uma determinação estrutural inerente à dinâmica do capital, cujos efeitos são enfrentados por meio de mecanismos contra-arrestantes conduzidos pelo Estado. Do ponto de vista metodológico, trata-se do resultado de uma pesquisa a partir da revisão bibliográfica sistemática, desenvolvida no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba de 2023 a 2025.

PALAVRAS-CHAVE

Tendência na queda da taxa de lucros; Estado; Crise estrutural.

ABSTRACT

This article presents a critical analysis, grounded in the Marxist framework, of the declining trend in the profit rate and the role of the State in mobilizing countertendencies to mitigate it. Drawing upon a reconstruction of Marx's theoretical development, from his early formulations to the conceptual maturity evident in *Capital*, the study examines key categories such as capitalist accumulation and the organic composition of capital, situating them in dialogue with Mészáros's work on structural crisis. The central argument is that the decline in profitability represents a structural determination intrinsic to the dynamics of capital, whose consequences are addressed through state-led mechanisms counteracting the tendency of the profit rate to fall. Methodologically, the study is based on a systematic literature review conducted within the Social Work program at the Federal University of Paraíba between 2023 and 2025.

KEYWORDS

Tendency of falling profit rate; State; Structural crisis.

*Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Docente adjunto no Programa de Graduação e Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). E-mail: albanibr@hotmai.com

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p203-216



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente, à luz do referencial marxista, o papel do Estado enquanto agente fundamental na sustentação da acumulação capitalista frente à tendência à queda da taxa de lucro. Partindo do eixo temático do esboço à crítica da economia política, busca-se relacionar o percurso intelectual de Marx na construção de *O Capital* à formulação madura de categorias que permanecem centrais para a apreensão do capitalismo contemporâneo, como a lei geral da acumulação capitalista, composição orgânica do capital e a tendência à queda da taxa de lucro. Também tratamos, a partir de Mészáros, sobre os determinantes históricos e a dinâmica do capitalismo contemporâneo, com ênfase sobre a crise estrutural do capital; o processo de financeirização e a atuação do Estado como executor decisivo na mediação de contratendências, sobretudo pela mobilização do fundo público.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática, articulando obras clássicas e contribuições contemporâneas. Este artigo é resultado de pesquisa realizada no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), entre 2023 e 2025. O estudo envolveu a identificação, análise e síntese de referenciais que permitem compreender alguns elementos introdutórios da trajetória de desenvolvimento da crítica da economia política, que culmina com a elaboração de *O Capital*, bem como a articulação entre a lei geral da acumulação capitalista e a tendência na queda das taxas de lucratividade.

Ao longo do artigo, a discussão é organizada em três momentos articulados. No primeiro, examina-se o percurso de elaboração da crítica da economia política desenvolvida por Marx, desde as primeiras aproximações em 1844, até a formulação madura de *O Capital*, evidenciando como o autor construiu algumas categorias fundamentais. No segundo tópico, analisa-se a lei geral da acumulação capitalista, a tendência à queda da taxa de lucro e suas contratendências a partir do referencial marxiano. O destaque, nesse instante, é de demonstrar que ao elevar a composição orgânica do capital e reduzir a participação do trabalho vivo, o metabolismo do capital cria obstáculos para sua própria valorização. Por fim, discute-se a reconfiguração contemporânea dessas contratendências no contexto da crise estrutural, com especial atenção na financeirização e na ação estatal, demonstrando como o Estado, ao mobilizar o fundo público por meio de endividamento, renúncias fiscais, subsídios e privatizações, se converte em operador indispensável da reprodução capitalista, aprofundando as contradições que busca administrar.

A organização do artigo busca evidenciar a unidade entre história, teoria e crítica. O exame do percurso de elaboração de *O Capital* cumpre a função de demonstrar como Marx construiu, em circunstâncias históricas determinadas, as categorias fundamentais de sua crítica da economia política. Em seguida, a análise da lei geral da acumulação capitalista e da tendência à queda da taxa de lucro explicita como essas categorias se articulam no desvelamento das contradições do metabolismo do capital. Por fim, ao abordar a crise estrutural e o papel contemporâneo do Estado na mobilização de contratendências, busca-se indicar a permanência dessas determinações sob novas formas históricas.

No contexto das transformações do capitalismo maturadas a partir das últimas décadas do século XX, emerge e aprofunda-se a crise estrutural do capital, conforme a análise de Mészáros (2002). Nesse cenário, as contratendências à queda da taxa de lucro reconfiguram-se e articulam-se à aplicação do receituário neoliberal, à chamada reestruturação produtiva e à hipertrofia da esfera financeira. Esses fenômenos redefinem os mecanismos de valorização, intensificando a dependência do capital em relação a processos que tentam se dissociar da produção material direta, agudizando, portanto, as contradições de seu metabolismo de acumulação.

A construção de uma crítica radical: o percurso de Marx até *O capital*

O adensamento de Marx no exame da crítica da economia política resultou na construção de sua obra mais significativa, *O Capital*. Esse percurso teve início em 1844, ano em que passou a se dedicar sistematicamente aos estudos sobre economia política, motivado, em larga medida, pela leitura de um ensaio de Engels, publicado na revista *Anais Franco-Alemães*, intitulado *Esboço para uma Crítica da Economia Política*. Wheen chama atenção que até seu encontro com a economia política em 1844, “embora acreditasse que as forças sociais e econômicas fossem o motor da história, Marx não tinha qualquer conhecimento prático ou direto do capitalismo” (Wheen, 2007, p. 22). O artigo de Engels citado atuou como catalisador determinante no pensamento marxiano. Quinze anos mais tarde, Marx reconheceu explicitamente a importância dessa contribuição inicial de Engels. No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado em 1859, ele faz referência direta ao impacto daquele ensaio, destacando-o como um “genial esboço de uma crítica das categorias econômicas” (Marx, 2009, p. 49).

Ainda no segundo semestre de 1844, Marx compartilhou com Engels a ideia de escrever um texto que sistematizasse sua crítica à economia política, apresentando os fundamentos ainda introdutórios sobre a temática. Já em fevereiro de 1845, firmou um contrato com o editor Julius Leske, comprometendo-se a redigir um livro sobre economia política (Marx; Engels, 2020). Em primeiro de agosto do mesmo ano, voltou a escrever para o editor, relatando sobre a entrega de seu texto, afirmando que “o primeiro volume, revisado e corrigido, estará pronto para impressão em fins de novembro. O segundo volume, que é mais histórico, poderá segui-lo rapidamente” (Marx; Engels, 2020, p. 49). Esse projeto embrionário seria a obra que, pouco mais de duas décadas mais tarde, consolidar-se-ia como *O Capital*. Contudo, o manuscrito prometido não foi entregue na data estipulada, longe disso, a primeira edição do livro apenas foi finalizada vinte e dois anos depois, em 1867.

Há também que considerar que o itinerário de Marx nos estudos da crítica da economia política entre as décadas de 1840 e 1860 foi marcado por exílios, repressões políticas e privações materiais. Após ser expulso da França, Marx exilou-se na Bélgica em fevereiro de 1845 (Netto, 2020), onde deu continuidade às suas pesquisas e ao diálogo com Engels. No entanto, os levantes revolucionários iniciados em fevereiro de 1848 na França, e que se espalharam por toda a Europa, interromperam o curso de seus estudos, forçando-o a assumir uma participação ainda mais ativa nos acontecimentos políticos. Com a derrota das revoluções na Europa, retornou brevemente à Alemanha, sendo constantemente vigiado

e ameaçado, o que o obrigou, em setembro de 1849, a exilar-se em caráter permanente em Londres (Gabriel, 2013).

Durante o exílio na capital inglesa, Marx passou, na década de 1850, por duríssimas condições de vida, morando no bairro operário do Soho, em residências modestas na Dean Street (Gabriel, 2013). Do ponto de vista intelectual, sua vivência em Londres permitiu o desenvolvimento em suas pesquisas, dedicando-se a longas jornadas de estudo na sala de leitura da Biblioteca do British Museum, onde passou anos mergulhado em obras sobre economia política, história, estatística e filosofia. Também manteve uma correspondência densa e sistemática com Engels. Entretanto, foi em uma carta endereçada a Lassalle, em 21 de dezembro de 1857, que Marx comentou sobre o avanço da crise econômica naquele ano e como isso impulsionara seus estudos. Em suas palavras: “[...] A presente crise comercial me estimulou a dedicar-me seriamente à formulação dos traços fundamentais da Economia Política e, ao mesmo tempo, a preparar alguma coisa sobre a atual crise” (Marx; Engels, 2020, p. 113).

Foi precisamente nesse contexto de crise do capitalismo que Marx alcançou um avanço qualitativo na formulação de sua crítica. Entre os anos de 1857 e 1858, redigiu os primeiros manuscritos preparatórios de sua crítica da economia política, que ficariam conhecidos como *Grundrisse*, texto fundamental em que esboça as principais categorias teóricas que estruturariam, anos mais tarde, os três volumes de *O Capital*, ainda que em vida só tenha publicado o primeiro livro. Nesses manuscritos, aparecem categorias centrais, como valor, mais-valia, capital fixo e circulação, ao mesmo tempo em que articula sua crítica à economia política com a totalidade concreta do modo de produção capitalista.

Alguns anos depois, produziu um novo manuscrito sobre a crítica da economia política, entre agosto de 1861 e julho de 1863 (Netto, 2020), com anotações que preenchem mais de 1500 páginas (Wheen, 2007). Esse texto ficou conhecido como os *Cadernos de 1861-1863*. Já entre 1863 e 1865, elaborou outro conjunto de manuscritos, aprofundando e consolidando algumas questões tratadas anteriormente nos *Grundrisse* (Netto, 2020). Marx sistematizou então a redação de *O Capital*, nesse momento já com esse título, entre janeiro de 1866 e abril de 1867. O primeiro volume foi finalmente publicado em 14 de setembro de 1867, sendo que o segundo e o terceiro foram editados apenas após sua morte, em 1885 e 1894, respectivamente, graças a um enorme esforço de Engels. A obra, como observa István Mészáros (2002), não é apenas uma teoria da economia, mas uma crítica radical da totalidade social capitalista.

Mais do que oferecer uma simples análise crítica da economia política clássica, Marx constrói uma teoria social fundada na compreensão do capital como uma relação social historicamente determinada, contraditória e em permanente movimento. Um cerne revelador de suas contradições está na acumulação capitalista, motor da reprodução ampliada e geradora de suas crises. Entre as múltiplas contradições imanentes ao processo de acumulação, destaca-se de forma decisiva a tendência à queda da taxa média de lucro.

O impulso permanente de modernização técnica, aumentando a proporção de capital constante em relação ao capital variável, expressa a intensificação da contradição estrutural da relação entre capital e trabalho (Marx, 1996). Ao reduzir a participação do

trabalho vivo no processo produtivo, o capital corrói, paradoxalmente, a própria base de sua valorização, já que apenas a força de trabalho é capaz de gerar valor. Nesses termos, a queda tendencial da taxa de lucro não é um momento acidental, mas um elemento constante que exige respostas cada vez mais agressivas por parte do capital, como a intensificação da exploração da força de trabalho, expansão do crédito, expropriação de bens públicos e a mercantilização das esferas da vida social. Cada uma dessas saídas consegue, em curtíssimo prazo, apenas deslocar algumas contradições, sem jamais resolvê-las, na medida em que os antagonismos estruturantes do capital são continuamente repostos (Paniago, 2007).

Diante do que apresentamos, o itinerário intelectual de Marx até a redação de *O Capital* não deve ser compreendido apenas como o pano de fundo histórico de sua mais importante obra. O que esse percurso revela é um processo de amadurecimento teórico e político, o que permitiu a construção das categorias fundamentais de sua crítica da economia política. São precisamente essas análises que possibilitam compreender, em sua densidade conceitual, a lei geral da acumulação capitalista, a tendência à queda da taxa de lucro e suas contratendências, objeto das análises que se seguem. Desse modo, a reconstrução do percurso de Marx cumpre a função metodológica de evidenciar que a crítica do capital não emerge de um exercício abstrato, mas de uma apreensão histórica e sistemática da totalidade social, cujos desdobramentos permanecem atuais para a análise das contradições do capitalismo contemporâneo.

Acumulação capitalista e a tendência à queda da taxa de lucro

Ao desenvolver a teoria do valor-trabalho, Marx revelou os mecanismos de exploração sobre os trabalhadores, investigando de maneira aprofundada a relação entre circulação e produção; e entre trabalho, mercadoria e valor. Já ao abordar a Lei geral da acumulação capitalista, o autor evidencia o que se encontra à vista de todos: as contradições profundas que afetam a classe trabalhadora, em contraste com o enriquecimento da burguesia.

Nesse sentido, logo no início do capítulo XXIII do volume I de *O capital*, Marx explicita que seu objetivo é examinar a “influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (1996, p. 244). Para tanto, identifica dois elementos centrais: “a composição do capital e as modificações que ela sofre no curso do processo de acumulação” (Marx, 1996, p. 244). Ao longo dessa análise, Marx explica categorias como valor, mais-valia, acumulação e capital constante e variável, de modo a desvendar os labirintos do metabolismo expansivo do capital. Como um desdobramento do que foi tratado na lei geral da acumulação capitalista, há um elemento importante para nosso estudo que se encontra no Livro III, capítulo XIII, nomeado por ele de *A lei como tal*, no qual analisa a tendência à queda da taxa de lucro (Marx, 2017).

O reconhecimento de que o desenvolvimento econômico conduzia a um declínio nas taxas de lucro já se apresentava entre os autores da economia política clássica. Todavia, as razões atribuídas a esse fenômeno divergiam substancialmente da interpretação posteriormente elaborada por Marx. Como observa Wheen (2007, p. 73): “Smith atribuía a queda a um declínio das oportunidades vantajosas”. Já Ricardo (1996) afirmava que a taxa de lucro tenderia a cair em razão do aumento do preço dos cereais, acrescentando que “a tendência

natural dos lucros, portanto, é diminuir, pois, com o desenvolvimento da sociedade e da riqueza, a quantidade adicional de alimentos requerida [...]” (Ricardo, 1996, p. 86–87). Em contraposição com essas formulações, a compreensão marxiana é de que a queda da taxa de lucratividade não decorre de fatores externos ao capital, sendo resultado do próprio processo de acumulação, relacionado diretamente ao aumento da composição orgânica.

No que diz respeito à relação entre a lei geral da acumulação capitalista e a queda nas taxas de lucro, Marx oferece indícios elucidativos em carta endereçada a Engels, datada de 30 de abril de 1868 (Marx; Engels, 2020). Quanto a isso, nada mais apropriado que facultar a palavra a ele mesmo, ao mencionar que a “[...] tendência da taxa de lucro a cair no curso do progresso da sociedade. Isto já se deduz do que foi desenvolvido no livro I sobre a mudança na composição do capital em função do desenvolvimento da produtividade social.” (Marx; Engels, 2020, p. 252).

Na lei geral da acumulação capitalista, o autor expressa como o aumento da proporção de capital constante (investido em máquinas, equipamentos, infraestrutura) em relação ao capital variável (salários) acarreta a substituição de trabalho vivo por trabalho morto. A questão é que como a força de trabalho é a única que gera valor, tal dinâmica compromete a capacidade do capital de valorizar-se. A Contradição incontornável dos mecanismos internos da acumulação é que o valor é determinado pela quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário (Iasi, 2009).

A taxa de lucro tende a cair porque, ao mesmo tempo em que os capitalistas buscam aumentar a produtividade para enfrentar a concorrência, eles diminuem proporcionalmente o componente gerador de mais-valia: o trabalho vivo (Marx, 2017). A equação torna-se um nó górdio, pois mesmo com aumento da massa de lucros, a taxa de lucro obtida tende a diminuir (Marx, 2017).

Mas se é verdade que o capitalismo apresenta uma tendência à queda da taxa de lucratividade, não é menos verdadeiro que os capitalistas não ficam inertes diante dessa dinâmica, mobilizando um conjunto de mecanismos para enfrentá-la permanentemente. Marx identifica, entre as chamadas causas “contra-arrestantes”, ou seja, ações que operam como contratendências à queda da taxa de lucro, seis de caráter mais geral: elevação do grau de exploração do trabalho; compressão dos salários abaixo de seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; a superpopulação relativa; o comércio exterior; e o aumento do capital acionário (Marx, 2017). Essas determinações, ainda que formuladas de modo geral, refletem as condições históricas concretas da segunda metade do século XIX. Não obstante, muitas delas permanecem válidas para a compreensão do metabolismo do capital, desde que mediadas pelos determinantes históricos que dão forma e tessitura à dinâmica atual do capitalismo e à crise estrutural que o acompanha, desde a década de 1970.

Outro aspecto a ser considerado é que, sendo a acumulação capitalista um processo incessante e tendencialmente expansivo, as contradições por ela engendradas são igualmente contínuas. Nesse sentido, a tendência à queda da taxa de lucro não deve ser interpretada como uma anomalia episódica, mas sim como um movimento imanente ao próprio capital, inscrito em sua lógica interna. Tal característica impõe, por conseguinte, a

necessidade de um enfrentamento por meio de medidas contra-arrestantes constantemente renovadas. Não se trata, portanto, da simples adoção de medidas corretivas ou ajustes técnicos pontuais diante de eventuais reduções na lucratividade média, mas da mobilização de um conjunto de estratégias articuladas, historicamente determinadas, voltadas à contenção dos efeitos dessa tendência constitutiva.

Assim, a tendência decrescente da taxa de lucro e as contratendências que buscam seu enfrentamento devem ser compreendidas como momentos dialéticos de uma totalidade contraditória, coexistindo de maneira indissociável no processo de acumulação ampliada. Sendo o capital um processo marcado por contradições em constante movimento, torna-se inevitável que a própria acumulação exija, de forma contínua, a restauração das condições de sua reprodução. Esse esforço restaurador, no entanto, frequentemente ocorre ao custo do agravamento de outras contradições, arrastando e intensificando novos pontos de tensão, que longe de superarem as contradições do capital, apenas as reinscrevem em patamares mais complexos e, por vezes, mais agudos.

Contratendências e financeirização: a atuação do Estado na gestão da crise do capital

Na tradição marxista, é consensual a compreensão de que as crises não constituem acidentes ocorridos por um contexto histórico tortuoso, mas elementos inevitáveis e necessários ao metabolismo do capital. Com efeito, à medida que o capitalismo amplia suas fronteiras e impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, reproduz também, de modo sistemático, as contradições que lhe são imanentes. O prolongado período de crescimento iniciado a partir do pós-Segunda Guerra, que perdurou por cerca de trinta anos, conduziu o capitalismo a um paroxismo, momento em que sua máxima vitalidade revelou, paradoxalmente, os próprios limites estruturais do sistema, com a emergência da chamada crise estrutural do capital.

Sobre tal colapso, Mészáros (2002) oferece a mais abrangente análise acerca dos determinantes do capitalismo contemporâneo e sua crise, caracterizando-a como estrutural, distinta das crises cíclicas do passado. Essa nova configuração de crise manifesta-se por seu caráter universal, alcance global, temporalidade contínua e modo de desdobramento “rastejante”, atingindo todos os complexos e subcomplexos sociais articulados ao metabolismo do capital (Mészáros, 2002). Trata-se de uma crise que transcende a esfera econômica e repercute em todas as dimensões da vida social. Para o autor, tal crise decorre da ativação dos limites absolutos do capital, que inviabilizam a retomada de um longo ciclo de crescimento, como o ocorrido no pós-Segunda Guerra Mundial, configurando um quadro de contradições profundas e persistentes. No tocante à relação entre o colapso econômico em curso e a queda das taxas de lucro, Pergher e Valada (2016, p. 154) comentam que “a crise atual possui relação direta com a crise estrutural da década de 1970 e, sobretudo, é resultado indireto da tendência declinante da taxa de lucro”. Nesses termos, ao tempo em que a crise desencadeada desde os anos 1970 não é o resultado de problemas estritamente conjunturais, possui raízes também indiretamente assentadas na queda da taxa de lucro, que, por sua vez, orienta a reorganização do capital e a intervenção estatal.

No cenário de uma crise de caráter contínuo, a dinâmica capitalista, incapaz de tratar suas causas fundamentais, responde com a adoção de medidas contra-arrestantes para enfrentar a tendência de queda nas taxas de lucro. Essas contratendências estão em curso acelerado no contexto da crise estrutural. Com as políticas neoliberais, aplicadas desde o final da década de 1970, ampliaram-se privatizações, cortes em gastos sociais e o ataque aos direitos dos trabalhadores. Paralelamente, a reestruturação produtiva, com a adoção do modelo toyotista e a frenética inserção de novos aparatos tecnológicos, aumentou o desemprego e intensificou a precarização do trabalho em escala mundial, não indultando sequer os trabalhadores dos países centrais. Além disso, ocorre uma aceleração dos circuitos de rotação do capital, por meio da hipertrofia da esfera financeira, com a expansão do capital fictício.

Na medida em que o capital se constitui essencialmente como uma relação social, seu processo de autoexpansão não se limita às expressões materiais da riqueza. O impulso expansivo do capital revela-se, inclusive, na tentativa de autonomização de sua dinâmica de acumulação em relação à base material que a sustenta. Em tese, é possível considerar que capital fictício pode se expandir quase sem limites, todavia, isso não pode ser sustentado indefinidamente, sem referência à base material da produção de valor. Quando essa contradição se intensifica, a crise emerge de forma explosiva. Assim, essa saída possui um estatuto ontológico de impossibilidade, considerando que a riqueza tem como fundamento a produção material. Ademais, a expansão sob a forma da ampliação de capital fictício impõe ainda mais instabilidade ao movimento de acumulação.

Uma questão instigante e de difícil solução é que diferentes formas de capital, incluindo de empresas que atuam na esfera produtiva, também mantêm parcela relevante de seus ativos convertida em capital fictício, na forma de ações, de derivativos, de títulos da dívida pública, debêntures ou outros papéis. Como os preços dos ativos financeiros podem se desvincular do valor dos ativos reais, esses lucros não estão submetidos ao mesmo limite estrutural que restringe os lucros efetivos. Contudo, a valorização baseada em ativos financeiros desvinculados da produção material gera instabilidade e amplia a vulnerabilidade do sistema econômico, pois depende da expansão contínua de expectativas futuras de rendimento.

Tal dinâmica não somente aprofunda a especulação e a volatilidade, como revela seus limites, uma vez que a acumulação descolada do valor produzido pelo trabalho tende a criar condições econômicas mais vulneráveis e provocar crises recorrentes. Para termos uma ideia concreta da magnitude de apenas uma das formas de capital fictício, os papéis derivativos, de acordo com informações do Banco de Compensações Internacionais (Bank for International Settlements, 2021), a cifra de contratos envolvendo derivativos totalizou, em 2020, aproximadamente 582 trilhões de dólares. Em termos comparativos, o PIB mundial de 2024 foi calculado pelo Banco Mundial em pouco mais de 111 trilhões de dólares (World Bank Group, 2025), menos de cinco vezes a soma de capitais fictícios em papéis derivativos.

Entre as seis causas contra-arrestantes elencadas por Marx (2017), o aumento do capital acionário, enquanto expressão do capital fictício, aparece como uma das possibilidades. Iasi (2009) observa que no contexto do capitalismo monopolista e financeirizado, novas

contratendências emergem articuladas de modo cada vez mais complexo à ação do Estado. Ainda de acordo com Iasi (2009, p. 38): “A ordem monopólica exige que poderosas contratendências sejam permanentemente acionadas e só o Estado pode fazê-lo”. Na dinâmica do capitalismo monopolista tardio, em que se combina uma dupla hipertrofia — a da centralização de capitais e da esfera financeira —, a ação estatal não tem meramente um caráter suplementar. Nessas condições, o Estado torna-se um componente indispensável para o enfrentamento dos efeitos da lei tendencial de queda da taxa de lucro. Sua ação manifesta-se tanto na adaptação das formas clássicas de causas contra-arrestantes quanto na promoção de novas estratégias.

Mészáros (2002) concebe que o sociometabolismo do capital não pode prescindir do Estado. Para o autor, o Estado capitalista moderno não se coloca acima do capital nem atua como instância neutra ou corretiva. Ao contrário, ele exerce o papel institucional às determinações estruturais do capital, sendo parte integrante e funcional da lógica de sua reprodução ampliada. Nas palavras de Mészáros (2002, p. 834): “O Estado não é o antídoto, mas a complementaridade institucional do capital. Por mais que o Estado moderno aspire a regular as contradições do capital, ele é também, estruturalmente, parte de sua dinâmica contraditória e da sua lógica destrutiva”.

Já Iasi (2009) identifica o Estado como o condutor fundamental das estratégias de enfrentamento à queda nas taxas de lucratividade. Por meio da implantação ou alteração de legislações no âmbito do trabalho, o Estado estabelece as condições para que a força de trabalho possa ser mais intensamente explorada; o aumento nas jornadas e a “flexibilização” de regras protetivas são exemplos disso. Ao determinar patamares legais de remuneração dos salários ou ao estipular preços por ele controlados, o Estado também exerce o poder de rebaixar taxas salariais. Ao promover algumas condições mínimas de sobrevivência e disciplinar a força de trabalho, o Estado cria as bases necessárias para que a superpopulação relativa seja ampliada, com a redução de riscos de esgarçamento do tecido social.

É o Estado quem é capaz de oferecer condições vantajosas de acesso às estruturas por ele criadas ou administradas, como a facilitação para oferta de insumos, geração de energia e infraestruturas de escoamento da produção. Como agente dos interesses do capital na expansão dos mercados, o Estado tanto subsidia capitalistas individuais ou setores econômicos, como age na mercantilização de suas próprias áreas de atuação (Iasi, 2009). Já ao irrigar a esfera financeira com parte substancial da riqueza recolhida do conjunto da sociedade, o Estado cumpre a sexta função de contratendência mencionada por Marx (2017).

Com o aprofundamento da crise estrutural do capital, novas ações de contratendência ganharam relevância e centralidade, especialmente aquelas ligadas à esfera financeira sob a mediação e a atuação direta do Estado. O desenvolvimento do sistema de crédito, dos mercados financeiros e da dívida pública possibilitou a ampliação da rentabilidade sem passar necessariamente pela valorização direta da força de trabalho. A dívida mundial, em maio de 2025, alcançou a cifra de 324 trilhões de dólares, de acordo com a revista *Isto é Dinheiro* (2025), com dados extraídos a partir do Instituto Internacional de Finanças. Desse total, mais de 92 trilhões referem-se às dívidas públicas. O Estado, ao emitir títulos de

dívida, age como um grande tomador de empréstimos que oferece segurança e liquidez ao capital. Entre os países do G20, as dívidas públicas em muitos casos já se igualam ou superam o PIB nacional. O Brasil registra 71% de seu PIB comprometido, seguido por Reino Unido (97%), Espanha (106%), Canadá (107%), França (111%), Estados Unidos (122%), Itália (138%), Cingapura (168%) e Japão, que alcança 260% (Trading Economics, [2024]).

Nesse processo, o fundo público passa a ser capturado por mecanismos que transferem riqueza da sociedade para o capital financeiro, especialmente via pagamento de juros da dívida, subsídios, renúncias fiscais e garantias de rentabilidade ao setor privado. Nesses termos, o fundo público passa a ocupar um *locus* estratégico na dinâmica capitalista contemporânea: o de vetor de rentabilidade do capital, transformando-se em pilar da financeirização da economia.

Nesse contexto, o Estado torna-se cada vez mais um instrumento de socialização dos prejuízos e privatização dos lucros, contribuindo com mecanismos que garantem a continuidade da acumulação, mesmo à custa do empobrecimento das massas trabalhadoras e do esgarçamento das políticas sociais. A captura da política fiscal por interesses financeiros, a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, os limites impostos ao investimento social e a expansão do mercado de capitais em áreas públicas são expressões diretas dessas novas configurações de contratendências.

Em meio à crise estrutural do capital e à tendência de queda da taxa de lucro, o Estado opera como instrumento de pilhagem institucionalizada, seja por meio do pagamento de juros da dívida, da concessão de subsídios, da mercantilização de direitos ou da privatização de ativos públicos. Assim, o fundo público, é capturado e transformado em engrenagem de sustentação da rentabilidade privada, em uma conjuntura de crise e estagnação da produção material. Conforme afirma Salvador (2010, p. 609): “O baixo retorno dos investimentos produtivos, ou seja, a queda na rentabilidade leva a uma fuga do capital do setor produtivo para a esfera financeira, agindo de forma especulativa”. Essa forma de contratendência demonstra o parasitismo do capital em sua fase atual e o caráter intrinsecamente antissocial do seu modo de reprodução.

No âmbito da relação entre Estado e a financeirização, longe de atuar apenas como gestor das políticas fiscal e monetária, o aparato estatal desempenha funções estratégicas nos processos de valorização por meio do capital fictício. Sua atuação como grande tomador de empréstimos nos mercados financeiros o submete diretamente à lógica disciplinadora das finanças globalizadas. Como argumenta Sokol (2023), o Estado viabiliza os mecanismos da financeirização e é financeirizado em sua própria estrutura, convertendo-se em elo ativo na sustentação dos circuitos de valorização do capital fictício. Nesses termos, a chamada dívida soberana, emitida na forma de títulos dos governos, sustenta parte importante da dinâmica de valorização do capital financeiro.

Esse movimento expressa uma contratendência sistêmica que, embora não formulada de modo explícito por Marx, encontra respaldo em pistas presentes em sua análise da expansão do mercado de ações, forma clássica do capital fictício e plenamente coerente com a lógica interna de sua crítica. Na contemporaneidade, essa dinâmica manifesta-se na financeirização da economia e na hegemonia do capital fictício, que operam como

mecanismos centrais de compensação à tendência de queda da rentabilidade na esfera produtiva. Conforme Harvey, quando as taxas de lucros começaram a diminuir a partir da década de 1990, mesmo existindo uma “abundância de trabalhadores com baixos salários. [...] cada vez mais dinheiro entrou na especulação em ativos, porque era onde lucros eram passíveis de ser realizados” (Harvey, 2011, p. 32).

Diante de um cenário de crise contínua e persistente, o lançamento de títulos da dívida, lastreados em futuras arrecadações e respaldados pelo próprio aparato estatal, hipoteca segurança e liquidez ao capital financeiro e cria uma engrenagem de valorização aparentemente dissociada da produção real de valor, aprofundando as contradições sistêmicas do capitalismo financeirizado. Trata-se, portanto, de uma resposta estrutural do Estado à crise, operando como suporte institucional indispensável à sustentação do movimento expansionista do capital.

Considerações finais

A análise aqui desenvolvida demonstrou que a tendência à queda da taxa de lucro, tal qual formulada por Marx, continua sendo uma chave interpretativa indispensável para compreender as contradições do capitalismo contemporâneo, mesmo que por si só isso não seja suficiente. Não se trata de uma tendência mecânica ou linear, mas de uma determinação estrutural do metabolismo do capital, que, para garantir sua reprodução, mobiliza continuamente contratendências. Todavia, tais mecanismos não eliminam a contradição fundamental; apenas a deslocam, repondo-a em níveis mais complexos.

No intrincado cenário de crise estrutural, marcado pelas profundas transformações nas relações de produção, pela difusão do receituário neoliberal e pela centralidade do capital financeiro, evidencia-se que a dinâmica do capital contemporâneo assume contornos ainda mais densos e complexos do que aqueles analisados por Marx em sua época. Mézáros (2002) compreende que o Estado burguês tem desempenhado um papel ativo e necessário no metabolismo social do capital, viabilizando condições para a expansão da exploração do trabalho excedente.

As transformações próprias do capitalismo contemporâneo, atravessadas pela dinâmica de uma crise estrutural de caráter contínuo, inviabilizam a consolidação de um ciclo prolongado de crescimento. Nessas condições, também impõem a necessidade de novas formas de intervenção nos circuitos de acumulação, nas quais o Estado se afirma no papel de indutor das ações contra-arrestantes.

A relação entre ação estatal e a dinâmica do capitalismo monopolista revela-se historicamente como uma engrenagem de mútua complementaridade. O Estado garante as condições institucionais e jurídicas para a reprodução do capital, além de intervir ativamente para mitigar os riscos e incertezas inerentes ao mercado. Um dos mecanismos centrais desse processo é a gestão da dívida pública, que converte recursos financeiros ociosos em capital, assegurando novas possibilidades de valorização. Nesse sentido, Marx observa que:

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro

improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária (Marx, 1996, p. 373).

Tal observação, formulada ainda no século XIX, mantém validade no capitalismo contemporâneo. Ao transformar a arrecadação coletiva promovida pelo Estado em garantia de rentabilidade para os diversos circuitos de valorização do valor, o Estado atua para garantir lucros para frações burguesas isoladas ou em “orgia” com outros capitais. Assim, a dívida pública converte-se em um dispositivo permanente de rapinagem de riqueza do fundo público para o rentismo, revelando-se como instrumento histórico da acumulação primitiva e como fundamento estrutural da acumulação no capitalismo monopolista tardio, legitimando a expropriação contínua da riqueza social em favor das frações hegemônicas do capital.

A expansão da dívida pública e as várias formas em que a hipertrofia da esfera financeira se materializa não representam uma ruptura com a lógica clássica do capital, mas a radicalização de suas contradições. O Estado, ao reforçar a centralidade do fundo público como um dos pilares da acumulação, atua como um operador privilegiado das contratendências. Ao mesmo tempo em que garante a continuidade do processo de acumulação, a financeirização do fundo público evidencia a subordinação das políticas sociais e dos direitos coletivos às exigências de rentabilidade do capital.

O Estado age como operador ativo das estratégias de contratendência, especialmente por meio da canalização do fundo público para os circuitos parasitários rentistas. Essa transferência de recursos ocorre via pagamento de juros da dívida pública, renúncias fiscais, garantias de rentabilidade, parcerias público-privadas e subsídios diversos, representando uma forma típica de valorização do capital, sendo funcional aos interesses dos rentistas e dos monopólios que operam sob a lógica financeira. Tal mecanismo evidencia a configuração do fundo público como plataforma de sustentação da rentabilidade do capital, consolidando o Estado como garantidor de última instância da acumulação de capital.

Nesse sentido, observa-se que o Estado, ao se constituir como mediador privilegiado das contradições do capital, assegura a continuidade do processo de valorização, além de redefinir o próprio papel do fundo público na sociedade. Na qualidade de propulsor de ações contra-arrestantes, o Estado revela sua dimensão regressiva, que, ao privilegiar a lógica rentista, desmonta direitos sociais, amplia desigualdades e reforça o caráter antissocial do metabolismo do capital. Trata-se de uma atualização da espoliação das massas trabalhadoras por meio de mecanismos cada vez mais sofisticados de captura da riqueza social, os quais reiteram que a contradição fundamental entre capital e trabalho não é superada, mas intensificada sob novas formas históricas.

Referências

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Statistical release:** OTC derivatives at end-December 2020. [Basel, Suíça], 12 maio 2021. Disponível em: https://www.bis.org/publ/otc_hy2105.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

GABRIEL, Mary. **Amor e capital: A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IASI, Mauro L. A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 25–40, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/download/751/261>. Acesso em: 04 ago. 2024.

ISTO É DINHEIRO. IIF: EUA caminham para crise fiscal histórica, com dívida podendo chegar a 180% do PIB até 2044. **Isto é Dinheiro**, 6 maio 2025. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/iif-eua-caminham-para-crise-fiscal-historica-com-divida-podendo-chegar-a-180-do-pib-ate-2044>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre O Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl. **O capital: livro III**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro primeiro, tomo 2**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José P. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PANIAGO, Maria C. S. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. Maceió: Edufal, 2007.

PERGHER, Natasha; VALADA, Fernanda. A atual crise sob a ótica da queda tendencial da taxa de lucro: as contribuições de Shaikh, Dumenil e Levy e Kliman. **Crítica Marxista**, v. 23, n. 43, p. 147–158, 2016. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19170/13666>. Acesso em: 11 ago. 2025.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605–631, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JjjhnQzh9FGx9q3t7WsT35g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SOKOL, Martin. Financialisation, central banks and ‘new’ state capitalism: The case of the US Federal Reserve, the European Central Bank and the Bank of England. **Environment and Planning**, v. 55, n. 5, p. 1305–1324, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.1177/0308518X221133114>. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/0308518X221133114>. Acesso em: 11 ago. 2025.

TRADING ECONOMICS. **Dívida pública % PIB - Lista de países - G20**. [2024]. Disponível em:

<https://pt.tradingeconomics.com/country-list/government-debt-to-gdp?continent=g20>.

Acesso em: 4 ago. 2025.

WHEEN, Francis. **O Capital de Marx: uma biografia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

WORLD BANK GROUP. **GDP (Current US\$)**. 2025. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 19 ago. 2025.

Submetido em: 21/8/2025

Aceito em: 9/1/2026